

## DIREITOS HUMANOS

ONGs alertam para o descaso do governo na apuração de assassinatos de pessoas que defendem minorias. Policiais são os principais responsáveis pelas 23 mortes incluídas no relatório

# Crime contra ativistas denunciado na Suíça

Marina Oliveira

Da equipe do **Correio**

Lutar pelos direitos humanos no Brasil é uma profissão de risco. Nos últimos cinco anos, pelo menos 23 pessoas perderam a vida no país por defenderem os direitos dos outros. Na maior parte dos casos, um matador de aluguel fez o serviço a mando de fazendeiros ou líderes do crime organizado. Pior, assassinos e mandantes escaparam da cadeia e de qualquer outra forma de punição. As informações foram divulgadas, ontem, em Genebra, na Suíça, em relatório das organizações não-governamentais (ONGs) Centro de Justiça Global e da irlandesa *Front Line*.

O trabalho também registra 32 ameaças de morte contra defensores dos direitos humanos no Brasil, com apenas uma pessoa indiciada pelos crimes. "Os números demonstram a falta de

vontade política do estado de fazer cumprir os direitos dos cidadãos, quem defende a lei luta sozinho contra interesses muito poderosos", afirma James Cavallaro, presidente do Centro de Justiça Global.

Nos casos de mortes ocorridas na cidade, os policiais aparecem como os principais agentes de

violência. Normalmente, as vítimas morrem ao chamar a atenção para esquemas de corrupção nos quais os policiais participam. Os números apresentados no relatório assustam porque sequer incluem a morte de sem-terra, índios ou crianças em ações de grupos de extermínio.

"Só computamos o assassinato de quem defendia os direitos humanos dos outros, as execuções de pessoas engajadas na luta de uma minoria ou grupo ao qual pertencem ficaram de fora", explica Cavallaro. O método escolhido eliminou entre 80% e 90% dos outros assassina-

Carlos Hungria 23.11.95



CAVALLARO: "FALTA VONTADE POLÍTICA DO GOVERNO"

Nestor Müller/Gazeta de Vitória/AE



VELÓRIO DE DENADAI: O ADVOGADO DEFENDIA O FIM DA ESCUDERIE DETETIVE LECOQ FORMADA POR POLICIAIS

tos ocorridos no campo nesse período. Episódios nos quais havia dúvidas sobre a relação entre o crime e a atividade de defesa dos direitos humanos da vítima também acabaram descartados.

As ONGs resolveram fazer um levantamento sobre o assunto porque descobriram que não existe qualquer estatística sobre essas mortes. Por isso, é impossível comparar os resultados dos últimos cinco anos com períodos anteriores para saber se houve alguma evolução.

## GRUPO POLICIAL

O caso da *Escuderie detetive Lecoq*, do Espírito Santo foi apresentado como exemplar. A instituição é registrada em cartório como filantrópica, mas há indícios de que trabalhe para eliminar meninos de rua em todo o Brasil e principalmente no Espírito Santo. Vários policiais

participam do grupo. Desde 1992, Francisco Bandene, policial capixaba, investiga as atividades da *Escuderie*. Nesse período, Bandene esbarrou em vários interesses poderosos, inclusive dentro da polícia e recebeu pelo menos 12 ameaças de morte.

Há sete anos, Bandene tenta na Justiça dissolver a *Escuderie* para facilitar as investigações. O processo correu nos tribunais estaduais sem sucesso, agora a ação passará para a Justiça Federal. Ontem, o advogado jornalista Marcelo Denadai, 42 anos, foi assassinado quando voltava para casa, em Vitória. Ele foi atingido nas costas e na cabeça por quatro disparos. Denadai movia o processo de dissolução da *Escuderie* e havia sido ameaçado de morte várias vezes. Um juiz é o principal suspeito de ter cometido o crime.

"Todos os dias surgem novos

exemplos de assassinatos de quem defende os direitos humanos no Brasil, sabemos que nosso relatório apesar de trazer números impressionantes não inclui um grande número de crimes ocorridos", lamenta Cavallaro.

Em Genebra, o presidente do Centro de Justiça Global entregou uma cópia do documento produzido pela ONG ao assessor especial da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Marcos Pinta Gama. Em nome do governo brasileiro, ele prometeu analisar cada um dos casos e tomar as providências necessárias para apressar a punição dos responsáveis. O levantamento será discutido na próxima reunião do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CNDDPH), prevista para 24 de abril. Cada um dos casos apresentados no relatório será analisado pelo conselho.